

A GEOLINGÜÍSTICA NO BRASIL: ESTÁGIO ATUAL

Vanderci de Andrade AGUILERA*
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Este trabalho tem como proposta apresentar uma visão panorâmica dos estudos geolingüísticos realizados no Brasil nos últimos quarenta anos, procurando demonstrar os avanços significativos alcançados desde a publicação do primeiro atlas – o Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB, 1963 – até o último – o Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALiSPA, 2004, chegando aos projetos em andamento nos dias atuais. Discute a metodologia adotada em cada um deles e conclui com informações sobre o Atlas Lingüístico do Brasil (AliB).

ABSTRACT

This paper aims at presenting a general perspective of geolinguistic studies which have been elaborated in Brazil in the last forty years. Our main purpose is to demonstrate the main advances achieved since the first publication of Atlas Prévio dos Falares Baianos APFB: 1963 up to the most recent one – Atlas Lingüístico Sonoro do Pará ALiSPA: 2004. In addition to this, we also discuss the methodology adopted for each of these atlas and present some general information on Atlas Lingüístico do Brasil (AliB) that is currently being done.

PALAVRAS-CHAVE

geolingüística, estágio atual, atlas Brasil, procedimentos metodológicos.

KEYWORDS

geolinguistic, current stage, Brasil atlas, methodological procedures.

1. Introdução

Neste trabalho apresentamos uma visão panorâmica dos estudos geolingüísticos realizados no Brasil nos últimos quarenta anos, procurando demonstrar os avanços significativos alcançados desde a publicação do primeiro atlas – APFB (1963) – até o último – o ALiSPA (2004), chegando aos projetos em andamento nos dias atuais. Para isso, elaboramos o Quadro 1, que permite uma visão de conjunto do estágio dos atlas concluídos e/ou publicados e dos projetos em andamento.

QUADRO 1
Atlas de 1963 a 2005

Atlas	Conclusão/ publicação	Proposta/Estágio em 2005
1. Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB	1963	volume único: publicado
2. Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais – EALMG	1977	4 volumes: um publicado, dois no prelo
3. Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB – vols.I e II	1984	3 volumes: dois publicados
4. Atlas Lingüístico de Sergipe – ALS	1987	volume II: publicado
5. Atlas Lingüístico do Paraná - ALPR	1994	2º volume em andamento (Tese)
6. Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul – ALERS I, II e III	2002	IV volume em andamento
7. Atlas Lingüístico de Sergipe - ALSE II	2002	Concluído (Tese)
8. Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALiSPA	2004	Concluído (CD-ROM)
9. Atlas Lingüístico do Amazonas – ALAM	2004	Concluído (Tese)
10. Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul – ALMS	-	Coleta concluída: em processo de análise dos dados
11. Atlas Lingüístico do Pará – ALiPA	-	Coleta concluída: em processo de análise dos dados
12. Atlas Lingüístico do Maranhão – ALIMA	-	Em andamento
13. Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte – ALiRN	-	Em andamento (Tese)
14. Atlas Lingüístico do Paraná vol. II- ALPR II	-	Em andamento (Tese)
15. Atlas Lingüístico do Espírito Santo – ALES	-	Em andamento
16. Atlas Lingüístico do Rio de Janeiro	-	Em andamento
17. Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo - ALESP	-	Sem informações sobre o estágio atual
18. Atlas Lingüístico do Ceará- ALECE	-	Sem informações sobre o estágio atual
19. Atlas Lingüístico do Estado do Acre- ALAC	-	Sem informações sobre o estágio atual

Como podemos observar, somaram-se aos nove primeiros atlas outros sete projetos iniciados e em estágios diversos de execução: os do Mato Grosso do Sul, do Maranhão, do Pará, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além do volume II do ALPR, projeto de doutorado em andamento. Registram-se, igualmente, como atlas em andamento os do estado do Acre, de São Paulo e do Ceará. No entanto, desconhecemos o estágio atual de cada um desses três últimos, uma vez que as informações a que tivemos acesso davam conta de que o do Ceará aguardava verba para a publicação, o de São Paulo estava com quase todos os dados transcritos e o do Acre apenas as informações que constam de Brandão (1991).

Sabemos, também, do interesse de pesquisadores do Mato Grosso de retomar um antigo projeto de atlas – o ALIMAT. Além disso, um grupo de pesquisadores em Rondônia está procedendo a estudos rumo à elaboração do Atlas rondonense.

Dessa forma, se considerarmos que eram apenas cinco os atlas publicados entre 1963 e 1994, nos últimos dez anos esse número quase quadruplicou, abrangendo todas as regiões brasileiras.

A Região Norte, compreendida por sete estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, e Tocantins, conta com dois Atlas concluídos (AM e PA) e dois em andamento: o do Acre e um segundo do Pará. Este segundo atlas do Pará (ALIPA), concentra-se na fala rural, procedimento comum aos atlas mais tradicionais. A inovação, neste Atlas, é a inserção das variáveis sociais sexo/gênero, escolaridade, faixa etária e dados socioeconômicos (renda familiar ou pessoal) na definição do perfil dos informantes. Essa inovação é fruto da associação de critérios sociolinguísticos a estudos geolinguísticos, que resultará em atlas chamados de pluridimensionais (Radtke e Thun, 1996).

A Região Nordeste, constituída por nove estados – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia –, tem quatro atlas concluídos (BA, PB e SE com dois), além de projetos adiantados em três deles (MA, CE, RN). Trata-se da região com o maior número de estados e, sem sombra de dúvida, é a região em que mais prosperaram os estudos dialetológicos e geolinguísticos, depois da região Sul.

A Região Sudeste, com quatro estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – tem um atlas concluído e três em andamento, o que dá uma margem muito positiva em relação aos estudos geolingüísticos na região que concentra o maior número de cursos superiores e programas de pós-graduação na área da linguagem.

Com apenas três estados – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, a Região Sul aparece como a mais produtiva em matéria de atlas: dois concluídos, sendo um regional (engloba PR, SC e RS) e um estadual (PR), consagrando o Paraná como o único estado com dois atlas elaborados, quase que simultaneamente, por duas equipes distintas, cujas metodologias são também diversas.

A base de dados do primeiro, o ALERS, sob a coordenação geral de Walter Koch, é assim apresentada por Altenhofen (2005, p. 185-210):

- a) Os dados do ALERS reproduzem, essencialmente, o português rural falado pela classe menos escolarizada (analfabeto ou semi-analfabeto até 4.^a série), com idade entre 28 e 58 anos. A ênfase no rural, não obstante os levantamentos para a dimensão diastrática, efetuados em 19 centros urbanos (6 no Paraná, 6 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul), justifica-se pelo interesse dos autores originais pela fala mais conservadora que, justamente, possibilitaria um espelhamento melhor de áreas dialetais historicamente estabelecidas.
- b) Devido à significativa presença de elementos provenientes do adstrato de imigrantes europeus e asiáticos, incorporou-se ao banco de dados a fala dos informantes bilíngües, nos pontos onde estes justamente constituem a expressiva maioria dos falantes de português. Com isso, tem-se uma visão global que beneficia sobremaneira estudos mais específicos como os de aquisição de segunda língua e de bilingüismo e línguas em contato.
- c) Se, de um lado, a base de informantes se concentra primordialmente na dimensão assinalada em a), de outro lado, se amplia a rede de pontos, bastante densa, perfazendo um total de 275 localidades.
- d) Contrariamente aos demais atlas brasileiros, que se limitam a um único estado federativo, o ALERS permite visualizar arealizações

para além dos limites políticos intra-estaduais, englobando Paraná (que abrange 100 pontos), Santa Catarina (80 pontos) e Rio Grande do Sul (95 pontos). Este fato confere aos mapas lingüísticos uma visualização mais fidedigna e mais próxima da real amplitude do fenômeno enfocado e de sua representatividade geográfica no conjunto do português brasileiro.

- e) Os instrumentos de coleta dos dados tratam separadamente de fenômenos fonético-fonológicos (QFF, com 50 perguntas), morfossintáticos (QMS, com 75 perguntas) – estes tradicionalmente excluídos pelos atlas – e semântico-lexicais (QSL, 610 itens – cerca de 800 perguntas).
- f) A cartografia dos dados busca clareza de apresentação, de tal modo a permitir uma identificação mais fácil (no sentido de opticamente melhor perceptível) de áreas de concentração das variantes no espaço. Utiliza, para tanto, mapas ponto-símbolo, acrescidos de gráficos de frequência das variantes em cada estado e na região. Além disso, são destacados (através de simples hachuramento) os símbolos referentes à variante mais freqüente na região. O tamanho em DIN A4 permite ao usuário do atlas uma maior flexibilidade e facilidade de manuseio.
- g) Por fim, acompanham os mapas lingüísticos “quadros de variantes” detalhando as realizações concretas das variantes e suas freqüências, a fim de fornecer ao usuário a possibilidade de complementações e conferências adicionais não previstas no mapa.

O ALPR (Aguilera, 1994), por sua vez, caracteriza-se pelos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Foi dada ênfase a um atlas rural, selecionando-se informantes nascidos e radicados no campo ou cuja principal atividade econômica exercida tenha sido a de agricultor; analfabetos ou semi-alfabetizados e na faixa etária compreendida entre 30 e 60 anos.
- b) A coleta dos dados foi realizada em 65 pontos, contemplando dois informantes por localidade, sendo sistematicamente um homem e

uma mulher, num total de 130 informantes. Para a seleção dos pontos lingüísticos, três critérios foram adotados: (i) fazer parte da relação de pontos proposta por Nascentes (1958), que havia indicado vinte e quatro municípios para a investigação geolingüística; no entanto, como a expansão do Paraná Moderno deu-se a partir das décadas de 30 a 50, poucos eram os municípios das regiões Norte e Noroeste, Sudoeste e Sul contemplados na obra do autor; (ii) ter importância histórico-geográfica e econômica para a formação do Paraná. Neste aspecto foram incluídos tanto os municípios mais antigos, como Paranaguá, Guaraqueçaba, Palmeira, Curitiba, quanto os mais modernos, como Umuarama, Cianorte, Cascavel. A adoção do critério histórico – forma de ocupação do solo, representatividade das etnias formadoras da população atual – levou ao adensamento significativo da rede; (iii) critério de equidistância, isto é, manter a distância máxima de 50 km de um ponto a outro.

- c) Assim como o ALSE, o ALPR tem características de um atlas bidimensional, ao incluir sistematicamente dois informantes, um de cada sexo/gênero, por localidade. Distingue-se, pois, de outros de natureza monodimensional, aqueles que, segundo Radtke e Thun (1996), seguem a linha da dialetologia tradicional cuja preocupação primordial é a da distribuição/variação diatópica, sem levar em conta as demais variáveis extralingüísticas como o gênero/sexo, a escolaridade ou a faixa etária.
- d) O instrumento de coleta dos dados, com 318 questões indiretas e 7 de relatos (crendices, lendas, experiências pessoais), foi baseado no Questionário para o ALESP, de Caruso (1983), com poucas alterações, isto é, inclusões e exclusões de perguntas que melhor se adequassem às características regionais do Paraná. A opção pelo Questionário do ALESP justifica-se pela importância que teriam estudos comparativos das cartas comuns para o delineamento da história da língua portuguesa no Paraná.

- e) A cartografia dos dados reuniu três modelos de cartas: as *mistas* de registros fonéticos e lexicais; as *analíticas* das variantes fonéticas; e as *sintéticas* tanto para as de isoléxicas como de isófonas. A diversidade de modelo permite a leitura da obra tanto por leigos como por iniciados. Acompanha o ALPR o volume da *Apresentação*, em que constam, entre outros, os dados dos informantes, das localidades e dos símbolos fonéticos.

Finalmente, também com três estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, a Região Centro-Oeste desponta com um Projeto em fase de conclusão de coleta de dados (MS).

A figura a seguir registra o que foi abordado até o momento.

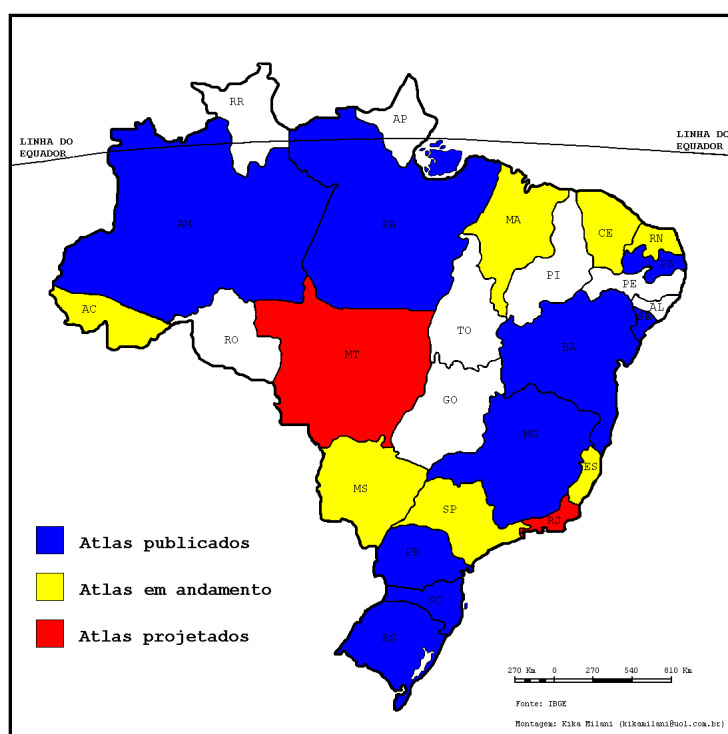


Figura 1 - Situação dos atlas regionais brasileiros, maio de 2005.

Esta ‘febre’ geolingüística com certeza teve sua origem na UFBA, em novembro de 1996, quando pesquisadores das mais diversas IES brasileiras, dialetólogos, sociolingüistas, lexicólogos e foneticistas, entre outros, se reuniram durante o *Seminário Nacional: Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, sob a liderança das professoras doutoras Suzana Alice Cardoso e Jacyra Andrade Mota, e lançaram a pedra fundamental do Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB. Com este Projeto, pesquisadores das várias partes do Brasil, em cujos estados não havia ainda atlas regionais, sentiram-se motivados a iniciar a empreitada, uma vez que, como já afirmamos em outras oportunidades, “os lingüistas, em particular os dialetólogos, sempre reconheceram os vários papéis de um atlas lingüístico, seja como retrato vivo, sincrônico, dos falares de determinado espaço geográfico, seja como fonte de estudo para a reconstrução da história social que se desenvolveu em determinado território ou, ainda, como repositório das múltiplas vozes do presente e do passado que se entrelaçam ou se excluem mutuamente” (Aguilera, 2003).

2. Alguns procedimentos metodológicos: convergências e divergências

Apesar de acelerada a movimentação em torno da geolingüística nesses últimos quarenta anos, cada atlas adotou metodologia própria, sem um eixo coordenador, com exceção dos atlas da Bahia, de Sergipe e Sergipe II, que compartilharam os mesmos procedimentos. Dessa forma, dentre os nove atlas citados, não há nenhuma carta que seja comum a todos eles. Se, todavia, excluirmos o ALISPA, dada a sua singularidade por se tratar de um atlas sonoro em que foram contempladas apenas questões de natureza fonético-fonológica, e o ALERS, que publicou, por ora, o volume de cartas fonéticas, teremos para comparação seis atlas: APFB, EALMG, ALPB, ALSE, ALPR e ALAM. O levantamento dos temas mapeados indica que apenas três cartas são comuns a todos eles: *cambalhota*, *cerração/nevoeiro* e *arco-íris*.

Ressalte-se que o APFB e o ALSE foram elaborados pela mesma equipe e com a mesma metodologia, apresentando, é óbvio, cartas comuns entre eles; e o ALSE II, disseminado recentemente como tese de doutorado, contemplou as questões não aproveitadas no volume anterior.

Como vimos, a divergência de procedimentos metodológicos, principalmente quanto à adoção de instrumentos de coleta de dados tão díspares, tem dificultado a realização, com mais frequência e segurança, de estudos comparativos sobre a divisão dialetal no Brasil.

Se os questionários dos atlas concluídos são diferentes quanto ao número de questões e aos temas inquiridos, a mesma desigualdade se estabelece quanto ao número e perfil dos informantes, aqui incluídas as exigências de grau de escolaridade, faixa etária e da representação de ambos os sexos. Vejamos quadro comparativo a seguir.

QUADRO 2
Perfil e número dos informantes nos atlas estaduais publicados

Atlas	Limites de idade	Sexo	Escolaridade	Informantes por ponto	Total
APFB	25 a 84	M e F	Níveis* 0 e 1	1-6	100
EALMG	30 a 50	M	Níveis 0 e 1	1	116
ALPB	25 a 75	M e F	Níveis 0 e 1	3-10	108
ALSE	30 a 60	M e F	Níveis 0 e 1	2	30
ALPR	27 a 65	M e F	Níveis 0 e 1	2	130
ALERS	30 a 50	M	Níveis 0 e 1	2	285
ALSE II	30 a 60	M e F	Níveis 0 e 1	2	30
ALAM	18-30; 31-55; + 56	M e F	Nível 1	6	54
ALISPA	18-30; 50-75	M e F	Níveis 0 e 1	4	40

* Para este estudo, adoto nível 0 para os analfabetos e 1 para os que freqüentaram até o 4.º ano do ensino básico.

Fonte: Respectivos atlas.

No APFB os cem informantes distribuem-se da seguinte forma pelos cinquenta pontos lingüísticos: seis em uma localidade (ponto 05); três em duas localidades; dois em quarenta e uma; e um em seis delas. Quanto à faixa etária, os informantes distribuem-se entre 25 e 84 anos, sendo a maioria informantes entre 39 e 69 anos. O EALMG entrevistou um informante principal por localidade e um ou mais auxiliares (total de cento e dezesseis informantes), em sua maioria absoluta constituída por homens com, no máximo, quatro anos de escolaridade e na faixa etária dos 30 aos 50 anos. O mesmo se pode afirmar do ALERS, quanto ao sexo e ao número de informantes por localidade (total de duzentos e oitenta e cinco informantes para os três estados). O ALPB entrevistou entre três e dez pessoas por localidade; homens e mulheres na faixa etária de 30 a 75 anos; e o grau de instrução variando de analfabeto a escolarizado de grau primário ou nível básico. O ALSE, o ALSE II e o ALPR contemplaram, sistematicamente, dois informantes por localidade e, em sua maioria, analfabetos. Naquele predominam os de 32 a 52 anos e neste, os de 30 a 60 anos. Os dois últimos atlas pluridimensionais concluídos – ALISPA e ALAM – privilegiaram mais de uma faixa etária (duas no primeiro e três no segundo atlas).

Quanto aos atlas em andamento, constata-se uma certa homogeneidade relativa ao perfil dos informantes, tanto no que se refere às faixas etárias quanto ao sexo, ao nível de escolaridade e ao número de informantes por localidade. A rede de pontos apresenta-se, pois, mais densa, como se espera de um atlas estadual.

Observemos o Quadro 3.

QUADRO 3
Perfil e número dos informantes nos atlas estaduais em andamento

Atlas	Faixas etárias	Sexo	Escolaridade	Informantes por ponto	Nº de pontos	Total de informantes
ALMS	18-30; 45-70	M e F	Nível 1	4	33	132
ALIMA	18-30; 50 a 65	M e F	Nível 1	4	18	76
ALIRN	18-30; 45 a 60	M e F	Nível 1	4	10	44
ALES	30-58	M e F	Níveis 0 e 1	2	40*	80
ALIPA	18-30; 40-70	M e F	Nível 1	4	51	204
ALIMAT	18-30; 50-65	M e F	Nível 1	4	22	92

* - Número a ser confirmado.

Fonte: Artigos dos autores dos respectivos atlas, constantes do livro *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. (Aguilera, 2005).

A inclusão de quatro informantes por localidade mostra a tendência dos novos projetos rumo a atlas pluridimensionais, isto é, a maioria inclui quatro informantes por localidade distribuídos por duas células relativas ao sexo e à faixa etária, o que representa dois homens e duas mulheres por localidade, sendo um homem e uma mulher jovens e um homem e uma mulher idosos. O nível de escolaridade predominante também é o mesmo do ALiB: alfabetizado e com permanência de até quatro anos na escola. Quanto a esse nível de escolaridade, o ALiB está revendo o limite de quatro anos, uma vez que as primeiras pesquisas de campo têm mostrado a dificuldade, quando não a inviabilidade, de encontrar informantes da localidade, com pais naturais da localidade e com baixo nível de escolaridade, haja vista a proliferação de escolas de jovens e adultos por todos os cantos do Brasil, além dos exames de massa, que atribuem aos aprovados os certificados de conclusão dos cursos fundamental e médio, isto é, equivalentes aos oito ou onze anos de ensino regular.

Sobre o ALES, um dos projetos mais recentes, Rodrigues (2005) afirma que o objetivo é fazer um atlas dos vários falares ou vozes capixabas e,

para isso, a rede de pontos lingüísticos, ainda em fase de definição, tem como proposta envolver trinta e três localidades cuja base de povoamento seja de portugueses; e seis de imigração não-lusa: três de imigração italiana, duas de base alemã e um ponto de imigração pomerana. Pretende, ainda, incluir um ponto (São Mateus) cujos habitantes são remanescentes de quilombolas.

Outro aspecto divergente dos atlas publicados ou concluídos diz respeito às formas de cartografiação dos dados. Para o ALPR, foram utilizadas as denominações: *cartas analíticas*, *mistas* e *sintéticas*. As *analíticas*, também chamadas de *pontuais*, correspondem aos mapas em que se registram foneticamente as variantes comprovadas em cada ponto e em cada informante investigados. As cartas do APFB, em sua quase totalidade, são deste tipo. As *mistas* dizem respeito às cartas em que se utilizam formas geométricas, como círculos, quadrados, triângulos, ou outras figuras, como estrelas, vasos, espigas (carta 28 R do APFB) coloridas pela metade, vazadas, cheias por inteiro, ou pela metade, diferenciadas por cores ou outros recursos gráficos (hachuras). Veny (1986, p. 104) designa este tipo de *carta-símbolo*, enquanto Coseriu (1982) a denomina de *léxica*, mas variantes fonéticas também podem ser cartografadas sob este modelo, como se fez no ALPB, ALPR e predominantemente no EALMG. As cartas *sintéticas* implicam uma análise e elaboração do material recolhido e já mapeado, sob a forma *analítica* ou *mista*, e têm como propósito indicar as áreas correspondentes a cada variante, podendo indicar zonas de isoglossas, seja de isoléxicas, seja de isófonas.

O Quadro 4 indica as formas de cartografiação dos dados nos nove atlas concluídos.

QUADRO 4
Formas de cartografiação dos dados nos atlas concluídos

Atlas	Tipo predominante	Escala*	Carta	Gráfico
APFB	analítica (mista)	ausente	plana	ausente
EALMG	mista (sintética)	ausente	plana	ausente
ALPB	Mista	ausente	plana	ausente
ALS	Analítica	sim	plana	ausente
ALPR	mista (analítica, sintética)	ausente	plana	ausente
ALERS I, II e III	Analítica	sim	relevo	sim
ALSE -II	mista (analítica)	sim	relevo	sim
ALiSPA	Sonora	sim	relevo	sim
ALAM	mista (analítica)	não	plana	sim

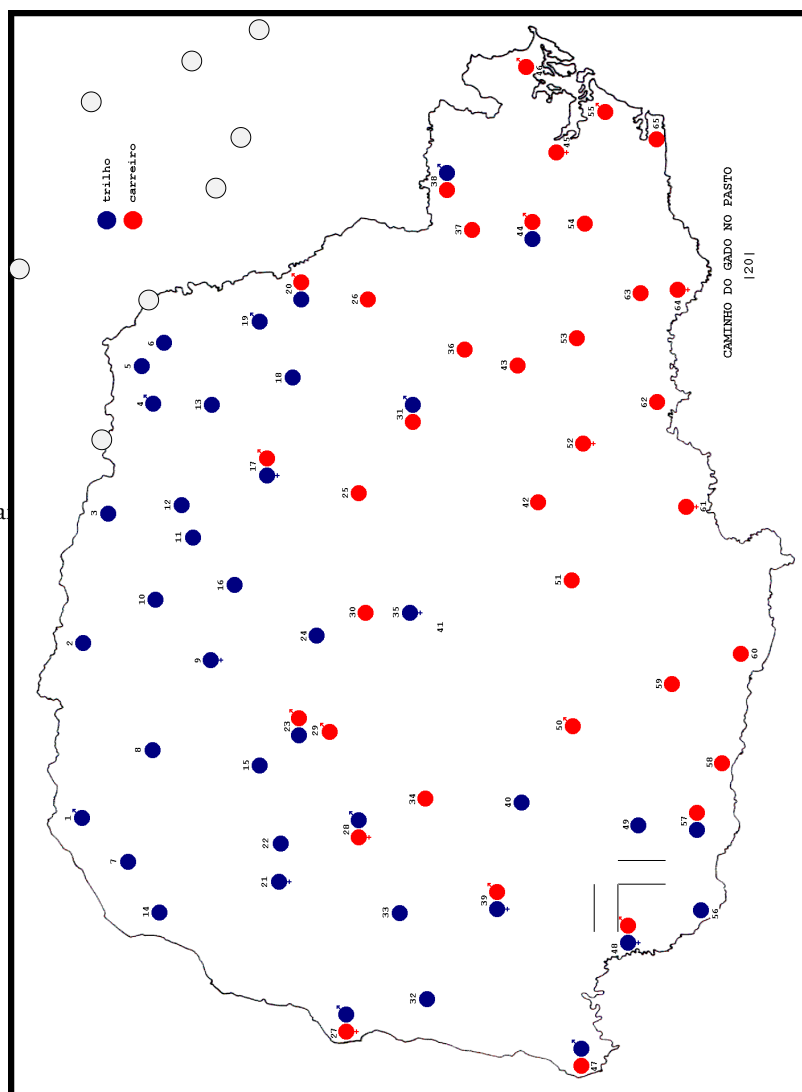
* Embora a referência à escala esteja ausente em cada carta, a indicação consta do capítulo ou da seção introdutórios.

Fonte: Respectivos atlas.

A Figura 2 apresenta os registros *trilho* e *carreiro* – variantes mais produtivas para o conceito *caminho do gado no pasto* no ALPR. Trata-se de uma carta *mista*, pois sintetiza nas convenções as variantes distribuídas, diatópica e diassexualmente, em cada ponto investigado. Esta carta também pode ser chamada também de carta plana, por não apresentar qualquer indicação do relevo geográfico, como rios, montanhas, estradas etc. Igualmente não se apresentam, na carta, escala ou gráficos que sintetizem a frequência das variantes, deixando ao leitor, ou melhor, ao pesquisador, a tarefa da contagem das ocorrências.

Figura 2 - Carta 10 do Atlas Lingüístico do Pa

228



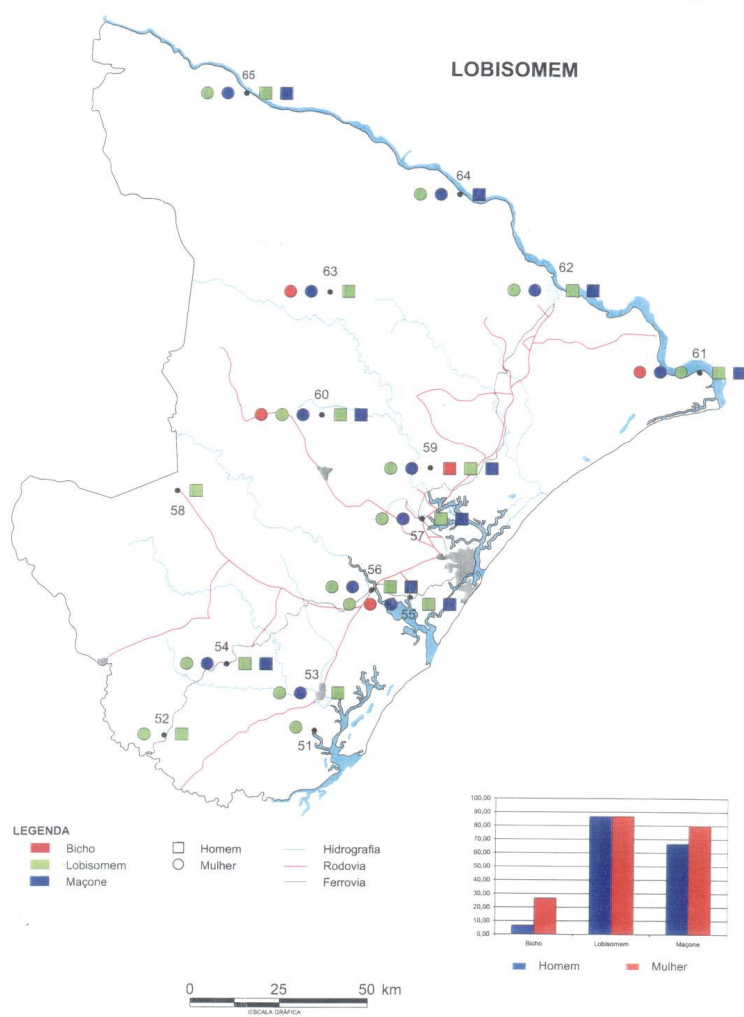


Figura 3 - Carta 89 do Atlas Lingüístico do Sergipe II (Cardoso, 2002).

A carta 89, sobre as variantes léxicas do lobisomem, no ALSE II, também mista, possui uma inovação, a partir da inclusão de escala e gráficos com o percentual das ocorrências, além de apresentar dados do relevo do estado: hidrografia, rodovia, ferrovia, fatores que podem ser levados em conta numa análise sobre a distribuição diatópica das variantes.

Uma vez feita uma síntese da metodologia dos atlas estaduais concluídos ou em desenvolvimento, passemos à proposta do ALiB.

3. A proposta metodológica do ALiB

No citado *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, de 1996, após a composição do Comitê Nacional responsável pela execução do ALiB, iniciaram-se as discussões para a redação do Projeto daquele sonho, que hoje já está se concretizando, cujos objetivos podem ser assim sintetizados: (i) Contribuir para a realização do Atlas Lingüístico do Brasil; (ii) Fornecer elementos para a descrição da realidade lingüística do Brasil no que tange à língua portuguesa; (iii) Contribuir para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil e para o aprimoramento do ensino/ aprendizagem.

Para chegar à proposta definitiva do Projeto do ALiB, a equipe diretora discutiu, durante os anos de 1997 a 2001, os projetos dos atlas até então publicados. Com isso, pôde contar com a experiência dos pesquisadores-autores dos atlas estaduais e regional, principalmente no que se refere à definição dos Questionários, da rede de pontos, do perfil dos informantes, da equipe de investigadores e da natureza das cartas geolingüísticas, a fim de, dessa forma, formular uma proposta adequada para todas as regiões brasileiras e exequível com os recursos e as condições de pesquisa que são oferecidas pelas instituições de ensino e pelos órgãos de fomento.

Quanto à metodologia, deu-se ênfase aos procedimentos da geolingüística tradicional, mas adotando algumas propostas da sociolingüística. Da geolingüística, temos a abrangência de grande extensão territorial a ser investigada, isto é, trata-se de um atlas nacional, que busca descrever a língua portuguesa falada em mais de oito milhões

de km². Trata-se igualmente de uma pesquisa das variantes diatópicas e topoestáticas, embora não se ignore que, nos últimos cinquenta anos, o êxodo rural alterou profundamente o perfil socioeconômico das grandes e médias cidades. A opção por um número reduzido de informantes por localidade é outra marca dos trabalhos geolingüísticos, associada à preferência por informantes que tenham, no máximo, concluído o nível básico de escolaridade. Quanto ao instrumento de coleta de dados, distingue-se da pesquisa sociolingüística pela adoção de questionários voltados, ao mesmo tempo, para a investigação de um grande número de fenômenos lingüísticos.

O ALiB estabeleceu 250 pontos a serem investigados em todo o território nacional e, para definir o número de pontos por Estado, recorreu à densidade demográfica, de tal sorte que em Roraima se fará a coleta de dados apenas na capital – Boa Vista –, uma vez que a densidade demográfica é de 0,4 habitante por km²; já em São Paulo foram marcados trinta e oito pontos para uma densidade demográfica de 55 habitantes por km².

Poderia ser motivo de questionamento a relação inversa da grande extensão territorial brasileira, 8 547 403 km², com o número reduzido de pontos (250), se considerarmos, por exemplo, alguns atlas europeus como o Atlas Linguistique de la France, que, numa extensão de pouco mais de 500.000 km², abrange 639 pontos. A escolha desses 250 pontos, no entanto, fez-se a partir de dados de atlas já concluídos e de estudos dialetológicos que apontaram para as regiões de possíveis isoglossas (isoléxicas ou isófonas). Por outro lado, um número superior a esse exigiria recursos financeiros elevadíssimos, além de um número expressivo de equipes de pesquisadores altamente preparadas e com disponibilidade de tempo integral para a dedicação à pesquisa: utopias para um país em que poucas pesquisas na área da linguagem despertam o interesse dos órgãos de fomento.

Para a elaboração dos Questionários, propôs-se um modelo que permite: (i) investigar separadamente os fatos lingüísticos: fonético-fonológicos, semântico-lexicais e morfossintáticos; (ii) contemplar várias situações de fala: roteiro previamente estruturado de perguntas e respostas,

de sugestões de temas semidirigidos, de questões metalingüísticas, de prosódia e de pragmática; (iii) não ser muito longo, dado que experiências anteriores têm revelado a inadequação de questionários cansativos que desestimulam o informante a chegar com a mesma espontaneidade e interesse até o fim da entrevista. A redução do número das questões decorreu, igualmente, da consciência de que jamais se conseguirá abarcar todo o acervo lexical de um falante e de uma região. Além disso, um número alto de questões leva a omissões e a esquecimentos que irão, de certa forma, deixar lacunas na cartografia dos dados. Levantamentos nos atlas estaduais publicados indicaram uma relação divergente entre o número de perguntas do Questionário e o número de conceitos analisados e mapeados. Por exemplo, o ALPR, de 325 questões, mapeou apenas 123, o que suscitou a proposta do volume II, como tese de doutorado de Fabiane Altino.

O ALiB, projetando um atlas de terceira geração, ou seja, nem monodimensional, nem bidimensional, propõe um atlas pluridimensional. Assim, aos procedimentos próprios da dialetologia e da geolingüística, agregaram-se outros da sociolingüística, tais como a inclusão sistemática de informantes dos dois sexos/gêneros, de duas faixas etárias – uma mais jovem e outra mais idosa – e, nas capitais, a inclusão de informantes de dois níveis de escolaridade: o básico e o superior. No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, elaboraram-se Questionários (Comitê Nacional, 2001) que oferecem subsídios para avaliar igualmente a variação diafásica, em contextos de vários graus de controle da linguagem: do mais formal ao mais informal, ou seja, desde o questionário estruturado, passando pelas elocuções livres e semidirigidas, até a leitura de texto.

Da mesma forma, ao combinar o parâmetro diatópico com o diageracional, “a geolingüística satisfaz sua velha aspiração de tornar visível a diacronia nos mapas diatópicos. Se pressupomos uma cartografia clara, a variação diageracional mostra o ‘tempo visível’ porque representa a convivência de gerações”. (Radtke e Thun, 1996, p. 25-49).

4. Estágio atual da pesquisa

Os trabalhos que o Comitê Nacional do ALiB já desenvolveu podem ser sintetizados em:

- composição, testagem, avaliação, reavaliação e publicação dos Questionários que servem de instrumento de coleta de dados nos 250 municípios brasileiros, junto aos previstos 1 100 informantes;
- preparação da equipe de entrevistadores em quatro encontros realizados em Salvador e Londrina. Neste aspecto, estabeleceu-se um limite de, no máximo, trinta documentadores / inquiridores que deverão realizar a média de trinta e cinco entrevistas, buscando-se a homogeneização da coleta;
- realização de quinze encontros nacionais do Comitê para avaliação dos trabalhos e afinação do cronograma;
- coleta dos dados completa em dezessete capitais, coleta parcial em quatro – Belém, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre – e três por iniciar – Rio Branco, Porto Velho e Vitória. O Projeto ALiB espera publicar as cartas das capitais até o final de 2006;
- coleta completa em quatro estados – Amapá, Roraima, Mato Grosso do Sul e Paraná – num total de vinte e seis localidades investigadas;
- coleta iniciada em dezoito estados, num total de trinta e sete pontos lingüísticos completos já investigados.

QUADRO 5
Estágio atual da coleta de dados por Estado

Estado	Percentual realizado	Nº de localidades investigadas/total
Amapá	100%	2/2
Roraima	100%	1/1
Amazonas	20%	1/5
Pará	10%	1/10
Acre	0%	0/2
Rondônia	0%	0/2
Tocantins	0%	0/2
Maranhão	11%	1/9
Piauí	20%	1/5
Ceará	16%	2/12
Rio Grande do Norte	20%	1/5
Paraíba	17%	1/6
Pernambuco	0.8%	1/12
Alagoas	75%	3/4
Sergipe	67%	2/3
Bahia	28%	6/22
Mato Grosso	11%	1/9
Mato Grosso do Sul	100%	6/6
Goiás	22%	2/9
Minas Gerais	13%	3/23
São Paulo	21%	8/38
Espírito Santo	0%	0/4
Rio de Janeiro	15%	2/14
Paraná	100%	17/17
Santa Catarina	10%	1/10
Rio Grande do Sul	0%	0/17
Total	26%	63/250

Considerando que, somente a partir do ano de 2003, os projetos estaduais foram contemplados com algum tipo de financiamento (Fundação Araucária, FAPESB e Pró-reitoria da Pós-Graduação da

UFMS) e considerando a extensão territorial de nosso país, é animador o progresso que o ALiB vem alcançando, na medida em que a coleta já está concluída em 26% dos 250 pontos previstos. Acreditamos que, com a liberação de verbas para os estados de Mato Grosso, Goiás, Acre, Pará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, oriundas do CNPq / chamada Universal, será possível chegar, nos próximos dois anos, a 50% da coleta de dados, ou seja, concluir pelo menos 125 pontos lingüísticos.

5. Conclusões

Esses movimentos em direção aos estudos dialetológicos e à geolingüística regional e/ou estadual abrem novas perspectivas de estudos nas universidades brasileiras. Acredita-se que seja o momento de muitas delas passarem a diversificar o foco de interesse dos novos pesquisadores, despertando-os para a busca das raízes da língua falada no Brasil e de sua história ao longo dos últimos quinhentos anos, que podem ser encontradas, com muito mais força, na linguagem oral de falantes rurais mais idosos e moradores de comunidades mais afastadas. Não obstante, não se perde de vista que a realidade brasileira aponta para o vazio dos campos e o inchaço das cidades, sobretudo das periferias, onde a linguagem rural ainda se mantém, de certa forma, preservada na fala das gerações mais antigas.

Seria muito oportuno que as universidades situadas nos estados que não têm seu próprio atlas, como Piauí, Tocantins, Goiás, Rondônia, Roraima, Amapá, Pernambuco e Alagoas, e aqueles em que os projetos estejam em andamento envidassem esforços para criar condições para as pesquisas geolingüísticas. A ausência de um único atlas deixa lacunas irreparáveis na análise da expansão e concentração de variantes fônicas e léxicas que podem espelhar com propriedade o avanço, o recuo, a permanência e a passagem do homem e de sua linguagem pelo espaço e a cada tempo.

Nota

- * Vanderci de Andrade Aguilera é professora de Linguística da Universidade Estadual de Londrina, pesquisadora do CNPq, com pós-doutorado na Universidade Alcalá de Henares, Espanha. É autora do *Atlas Lingüístico do Paraná* e organizadora de vários livros, como *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas* (1998) e *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer* (2005). Integra o projeto Atlas Lingüístico do Brasil como diretora científica e coordenadora da Seção Regional Paraná.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná: apresentação*. Londrina: UEL, 1996.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Áreas Lingüísticas do Português falado no Sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; PEREIRA, Maria das Neves. Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte - um projeto em desenvolvimento. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.
- ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleusa Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)*, I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba/CNPq, 1984.
- ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. site www.alib.ufba.br.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. v. 1, 2 e 3.

CARUSO, P. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia / UNESP, Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. *Atlas Lingüístico do Amazonas*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. v. I e II.

COMITÊ NACIONAL DO ALiB. *Questionários – 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1982.

FERREIRA, Carlota; MOTA, Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

FERREIRA, Carlota. *Atlas prévio dos falares baianos*: alguns aspectos metodológicos. Bahia: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras, 1996. p. 7-13.

MOTA, Jacyra Andrade. A Dialectologia na Bahia. In: AGUILERA, VanderCI de Andrade. *A geolingüística no Brasil*: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005.

NOGUEIRA, Albana Xavier; ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul: gênese e trajetória. In: AGUILERA, VanderCI de Andrade. *A geolingüística no Brasil*: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Org.). Nuevos caminos de la geolingüística románica. Un balance. In: _____. *Neue wege der romanischen Geolinguistik: akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991) Kiel: Westensee-Verl., 1996.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo *et al.* O Atlas Lingüístico do Maranhão: os caminhos do português falado no Maranhão. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.

RAZKY, Abdelhak. A construção de atlas sonoros: procedimentos metodológicos para o ALISPA. In: RAZKY, A. (Org.). *Estudos geosociolingüísticos no estado do Pará*. Belém: Gráfica e Editora Grafia, 2003. p.173-183.

RAZKY, Abdelhak. Atlas Lingüístico Sonoro do Pará: uma nova perspectiva para a organização de *corpus* geolingüístico. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.

RAZKY, Abdelhak. O atlas geo-sociolingüístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EdUEL, 1998. p. 155-164.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário; PASSINI, José; GAIO, Antônio. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG), I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, Catarina Vaz. Atlas Lingüístico do Espírito Santo: um projeto em andamento. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB). Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.

VENY, Joan. *Introducció a la dialectologia catalana*. Barcelona: Enciclopedia Catalana, 1986.